

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Hotelaria, Turismo e Similares do Algarve os trabalhadores do Praia da Lota Resort, sito em Manta Rota, Vila Nova de Cacela, estão a ser alvo de repressão patronal por terem participado no plenário sindical de trabalhadores realizado a 30 de junho. Nesta reunião foram abordadas as condições de trabalho na empresa, a exigência de aumento dos salários e de respeito dos direitos dos trabalhadores destas empresas. Segundo o mesmo sindicato depois de terminado o plenário, no qual os dirigentes sindicais informaram os trabalhadores dos seus direitos e deveres, estes foram chamados um a um à direção da empresa, tendo sido informados de que os seus contratos não seriam renovados por terem participado no referido plenário.

Entre outras situações o sindicato denuncia também que uma das trabalhadoras de andares, contratada no dia 3 de junho para fazer a época alta, que ainda estava no período experimental, foi imediatamente despedida, num quadro em que o número de trabalhadoras da limpeza e arrumação de quartos parece ser insuficiente para fazer face à quantidade de trabalho a que é preciso dar resposta. Outras trabalhadoras cujo prazo dos contratos terminam nas próximas semanas também foram informadas da não renovação dos seus contratos por terem estado presentes no plenário sindical.

Para o PCP, esta situação configura uma grave violação dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à liberdade sindical e à atividade sindical na empresa, consagrado no Código do Trabalho e na Constituição da República Portuguesa, confirmando o aproveitamento e a impunidade de algumas entidades patronais neste contexto, bem como a sua tentativa de impedir a luta dos trabalhadores e a ação destes na defesa dos seus direitos. Para o PCP, nem os direitos dos trabalhadores estão de quarentena, nem o governo pode fingir que não conhece a situação que se está a viver em muitas centenas de locais de trabalho. Pelo que se exige por fim a esta ilegalidade, bem como, a intervenção urgente da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Com este enquadramento e ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que conhecimento tem o Governo da situação laboral existente nesta empresa e, em particular, as ações repressivas que a entidade patronal desencadeou junto dos trabalhadores, no seguimento do plenário de trabalhadores realizado a 30 de junho?
2. Já solicitou o Governo a intervenção e apuramento por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho face a esta situação?
3. Que medidas vai o Governo tomar para repor o direito à liberdade sindical e à atividade sindical na empresa?
4. Que medidas vai o Governo tomar para garantir os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, incluindo dos trabalhadores despedidos, no Praia da Lota Resort, na sequência da sua participação no plenário sindical de trabalhadores realizado a 30 de junho?

Palácio de São Bento, 2 de julho de 2020

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)